

Entrevista

Entrevista com Arne Kalleberg*

Revista Plural: Professor, sabemos que o senhor está com uma agenda apertada, por isso queríamos agradecer-lo de antemão pela entrevista.

Arne Kalleberg: Ah, o prazer é meu.

Revista Plural: Nós temos algo como sete questões.

Arne Kalleberg: Ok. Elas são do tipo sim ou não, múltipla escolha?

Revista Plural: Não... [risos] Qualitativas, pesquisa qualitativa.

Arne Kalleberg: Ah, entendo.

Revista Plural: Professor, o senhor é imigrante da Noruega e também estuda os países nórdicos em uma perspectiva ampla, comparativa. Aqui no Brasil, os países

nórdicos são tomados como os sobreviventes da era do estado de bem-estar social. O que há de verdade nessa percepção, segundo suas pesquisas? E o que o senhor encontrou de diferença entre os trabalhadores nesses países?

Arne Kalleberg: Nos países nórdicos?

Revista Plural: Sim.

Arne Kalleberg: Bem, é verdade que os países escandinavos ainda têm muito dos sistemas de bem-estar social, mas estão sob pressão, especialmente a Suécia e a Dinamarca, em certa medida, por causa da situação econômica no mundo. A Noruega, creio, está mais bem posicionada, porque ela tem receita de petróleo, o que permite manter melhor o bem-estar social. Porém, agora, o petróleo está ficando mais barato,

* Anne Kalleberg é *Kenan Distinguished Professor* de Sociologia e reitor associado sênior de Ciências Sociais e Programas Internacionais do Colégio de Artes e Ciências da Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill. Publicou mais de 100 artigos e capítulos e dez livros com tópicos relacionados à Sociologia do Trabalho, organizações, ocupações e indústrias, mercados de trabalho e estratificação social.

e a pressão sobre eles aumentou, mas eles estão guardando uma imensa reserva de dinheiro para o futuro, eles estão planejando bastante o futuro. Há um bom contraste entre Noruega e Dubai, por exemplo. Dubai também é um país rico em petróleo, mas eles estão construindo uma cidade que produzirá novos setores financeiros e de turismo, depois que os poços secarem. Quanto aos contrastes, creio que as desigualdades sejam bem menores na Noruega e Escandinávia do que nos Estados Unidos, por exemplo. Em particular porque as políticas para as famílias trabalhadoras são muito mais amigáveis na Noruega, Suécia e Dinamarca do que nos Estados Unidos, devido à melhor assistência infantil, licenças paternais, etc. Não há muitos trabalhadores com baixos salários nesses países. A igualdade é mais acentuada nesses países do que em outros, como os Estados Unidos e o Brasil, por exemplo. E, portanto, há menos pobreza nesses países. Com relação a outros tipos de diferenças, eu diria que provavelmente há menos sobretrabalho, as pessoas têm férias mais longas, e isso porque os sindicatos mais fortes conseguiram o direito a menos horas de trabalho, enquanto, nos Estados Unidos, muitas pessoas cumprem longas jornadas. Nesses outros países há também muito trabalho de meio-período, mas isso não é problema, já que, na Escandinávia, quem trabalha meio-período ainda tem direito à assistência médica e aposentadoria. Já nos Estados Unidos, o trabalho de meio-período não dá direito à assistência médica, e isso é um fator fundamental. De fato, creio que, provavelmente, o Brasil é melhor nisso, porque todo mundo tem assistência médica,

certo?

Revista Plural: Não, a questão é a qualidade do...

Arne Kalleberg: A qualidade da saúde, sim, não é tão boa. Mas há quase 50 milhões de pessoas nos Estados Unidos, um em cada seis, que não têm seguro-saúde nenhum, esse é o problema. Por isso acho que a desigualdade é menor nesses países.

Revista Plural: No seu livro com outros autores, *Manufacturing Advantages: Why High Performance Work Systems Pay Off* (*Fabricando Vantagens: Porque o Sistema de Trabalho de Alto Desempenho Compensa*, em tradução livre), o senhor destaca que os arranjos de alto desempenho são como um jogo, no qual ambos, trabalhadores e empresa, ganham. Entretanto, alguns críticos apontam que o Sistema de Alto Desempenho é produto de uma reestruturação produtiva recente que impôs vários efeitos negativos aos trabalhadores. Como o senhor responde a isso? E, em sua opinião, as políticas públicas deveriam buscar esses arranjos?

Arne Kalleberg: Ah, boa pergunta. Nós fizemos esse estudo em três setores: aço, indumentária médica e aparelhagem eletrônica médica. O que aprendemos com essas empresas com trabalho de alto desempenho é que os trabalhadores, nessas organizações, trabalham melhor, esse é o ganho dos administradores. Já os trabalhadores estão mais satisfeitos, mais empenhados e menos estressados. Por isso, nesse sentido, concluímos que é uma situação na qual ambos ganham. Esse é um estudo sobre produção,

e creio que arranjos de trabalho desse tipo, no qual os trabalhadores têm mais controle e podem tomar decisões, são uma boa coisa nesse sentido. Mas também devo acrescentar que há um lado negro nesse tipo de arranjo. Frequentemente, empresas com sistemas de trabalho de alto desempenho têm um grupo de trabalhadores temporários, empresas terceirizadas, etc. Pode-se pensar em um núcleo de empresas com trabalho de alto desempenho e uma periferia com outros tipos de organização de trabalho. Portanto, há pessoas que não estão indo tão bem assim, e para elas não há ganho. Não é uma boa coisa. Entretanto, o estudo não as abordou, porque fizemos o estudo usando as listas de pessoas que trabalham na empresa, fornecidas pela própria empresa. Muitos dos que trabalham nas empresas satélites e que são temporários não estão nas listas das empresas, e não pudemos estudá-los. Eu encorajaria as empresas a adotarem os arranjos de alto desempenho, se puderem; o que é caro, porque precisam investir em treinamento e prometer certa estabilidade aos trabalhadores. E isso é um problema para muitas das empresas, já que não possuem os recursos para investir nesse tipo de coisa. Mas discordo de que isso seja uma nova forma de exploração. Poder-se-ia argumentar que esse é outro modo de os capitalistas explorarem os trabalhadores, fazendo-os pensar que detêm algum controle sobre o trabalho, quando, na verdade, não o possuem. Provavelmente isso acontece em algum grau, mas, nas empresas que estudamos, realmente não achamos que era esse o caso.

Revista Plural: Então, essas empresas arti-

culam empregos-padrão com empregos não padronizados?¹

Arne Kalleberg: Mas eles não pensam nesses termos, e, fora trabalhadores de meio-período, não estudamos trabalhadores não padrão, porque, para entrar no estudo, era preciso estar na lista de funcionários. E um trabalhador não padrão não estaria na lista, portanto...

Revista Plural: Gostaríamos de abordar algumas questões teóricas e metodológicas, agora. Após a década de 1960, os sociólogos americanos que criticaram o trabalho de Talcott Parsons tentaram desenvolver novas articulações entre as interpretações micro e macrosociológicas. O senhor identifica seu trabalho com esse esforço? Como compara sua perspectiva sociológica com a de sociólogos do trabalho que tentam estabelecer tais articulações, como Michael Burawoy, por exemplo?

Arne Kalleberg: Bem, eu fui bastante influenciado e admiro o trabalho de Michael Burawoy. Creio que seu trabalho sobre a fabricação do consenso, as políticas de produção, etc. é fantástico. Eu sempre me interessei pela conexão micro-macro, pois a razão pela qual me tornei sociólogo foi para compreender como as pessoas moldam e são moldadas pela macroestrutura. É por isso que eu quis estudar o trabalho, é um

¹ Em seus trabalhos, Kalleberg utiliza a nomenclatura empregos-padrão [*standard jobs*] e empregos não padronizados [*non-standard jobs*] para designar o contraste entre as formas de emprego não temporárias, que envolvem direitos à assistência médica, à previdência, a férias, etc., e as formas de emprego temporárias, flexíveis, com menor cobertura de direitos aos trabalhadores ou cobertura ausente.

modo de estudar a conexão micro-macro. E venho estudando isso pela minha carreira inteira. Quando observo a conexão macro-micro, creio que o conceito fundamental seja a relação de trabalho, porque a relação de trabalho é a relação social entre capitalistas e trabalhadores e, portanto, é o ponto no qual ambos se encontram. Acho que o trabalho de Michael teve muito sucesso em conceituar as mudanças na natureza das relações de trabalho ao longo do tempo. Por exemplo, sua definição de “despotismo de mercado” como forma de relação de trabalho, no qual os trabalhadores são governados pelo mercado, um tipo de sistema coercivo, uma característica de um período no qual empresas cresceram. Em certa medida, o despotismo hegemônico é algo muito similar às organizações de trabalho de alto desempenho, no sentido em que é preciso obter o consenso dos trabalhadores para as coisas funcionarem, e não é possível recorrer à coerção, não é possível recorrer ao medo. O que se quer é que os trabalhadores façam parte de uma equipe. Por isso, creio que ela [a noção de despotismo hegemônico] explica [as organizações de trabalho de alto desempenho] muito bem e acho que as novas formas de relação de trabalho que temos hoje são baseadas em uma espécie de retorno hegemônico ao despotismo de mercado, pelo menos nos Estados Unidos, e creio que no Brasil também, por causa da crescente insegurança do trabalho precário. O trabalho de Michael é bastante útil para pensar sobre isso. Eu discordo de Parsons, no sentido de que não acho que isso seja um processo funcional, no qual todo mundo ganha. Eu acredito no poder, acredito que há uma

dinâmica de classe em andamento. Acho que a natureza da classe muda ao longo do tempo, torna-se mais complicada. Hoje, os sindicatos são menos um agente de classe do que costumavam ser. Hoje, temos que procurar outras formas disso. Porém, para mim, a conexão do micro com o macro é a questão essencial para a Sociologia do Trabalho e, diria, para toda a Sociologia. Como os fatores macro afetam os indivíduos e, então, como os indivíduos coletivamente se mobilizam para afetar o macro de volta, é assim que ocorre mudança social, quando indivíduos se unem e mudam estruturas. Pode-se chamar isso de um monte de coisas: luta de classe, se quiser; fator micro e macro, escolha racional – onde pessoas tomam decisões e agem coletivamente para isso. Essa é, creio, uma questão bastante complicada. É muito mais simples estudar o efeito das coisas macro sobre as coisas micro do que o inverso. Anos atrás, Coleman argumentou que essa é provavelmente a questão mais difícil, porque existem todas essas redes. Se eu vou agir em conjunto com vocês para gerar algum tipo de mudança, o que eu faço afeta o que vocês fazem, e o que vocês fazem afeta o que eu faço, e há um monte de interações concomitantes. Portanto, é muito difícil abordar essa questão, mas é isso que precisamos estudar.

Revista Plural: Outra questão é sobre a abordagem estatística na Sociologia do Trabalho. Duncan a chamou de modelagem causal, e os sociólogos se acostumaram a usar modelos de regressão e outras análises multivariadas. Entretanto, desde os anos 90, alguns pesquisadores como Peter Helds-

trom e Artur Stinchcombe, por exemplo, argumentam que a descrição de fenômenos sociais, nesses moldes, parece deixar de lado certas “caixas-pretas”; eles são conhecidos como a corrente dos “mecanismos sociais”, Aage Sørensen, que escreveu com o senhor várias vezes...

Arne Kalleberg: Sim, sim, ele foi meu professor.

Revista Plural: Ele usa essa abordagem. Como o senhor vê essas questões metodológicas levantadas pela corrente dos mecanismos sociais? Até que ponto os pesquisadores da Sociologia do Trabalho tentaram resolver esse problema das “caixas-pretas”?

Arne Kalleberg: Bem, acho que eles não tentaram o suficiente. No final da década de 60 e começo dos anos 70, houve o desenvolvimento da metodologia quantitativa. As pessoas gostaram dela, ela parecia científica. E foi fácil, porque surgiram os programas de computador. Era muito útil para as pesquisas, obtinha-se um monte de gente e podia-se fazer a análise. O problema, claro, é que não se chega aos mecanismos, como se diz, por esses métodos, porque se olha apenas para os padrões de correlação e associação, e é preciso fazer suposições, mas não se pode provar sua causalidade. Mesmo algo como o efeito da educação sobre a renda, sabemos que, na maioria dos países, geralmente, as pessoas mais instruídas ganham mais dinheiro, mas não sabemos o porquê. É porque elas são mais inteligentes? Elas têm uma credencial que as pessoas respeitam? Será porque pessoas mais instruídas são selecionadas por quem

está contratando e, então, querem mais pessoas instruídas, porque são mais parecidas com elas? Todos esses mecanismos existem e, portanto, precisamos chegar a eles, observá-los. O único modo que eu vejo de chegar a esses mecanismos é por métodos qualitativos. Mas acho que ambos são muito complementares. Os métodos quantitativos e as abordagens de pesquisa são muito úteis para se ter uma visão geral, compreender o que está acontecendo de um modo bastante geral. Porém, para compreender o como e o porquê dos mecanismos, parece-me que é necessário fazer uma espécie de sondagem e extrair uma visão integrada do que está acontecendo. Mas concentrar-se somente nisso também não ajuda, é necessário ter uma visão geral, é preciso ver ambos. É por isso que eu acho que essa distinção entre o que é melhor – qualitativo ou quantitativo – é uma falsa questão. Cada um tem sua utilidade. É sempre preferível olhar ambos. Em outras palavras, para ver o quadro geral, converse com os trabalhadores e perceba a realidade, mas também visite as fábricas e empresas e converse com as pessoas para compreender o que elas estão pensando e por quê. Isso ajuda a interpretar os números.

Revista Plural: Os sociólogos do trabalho estão tentando usar esse tipo de integração de metodologias?

Arne Kalleberg: Creio que alguns estão. É importante notar que, nos Estados Unidos, a Sociologia do Trabalho não é tão popular quanto era vinte anos atrás. Isso porque a ideia de trabalho se espalhou para diferentes áreas: estratificação social, mercados de trabalho, Sociologia Econômica, pessoas

estudando organizações, ocupação, sindicatos... Então, a ideia de uma Sociologia do Trabalho integrada não é mais uma realidade. Mas há pessoas como Dan Cornfield que, como devem saber, edita uma revista chamada *Work and Occupations*. Ele já fez várias entrevistas com enfoque qualitativo, mas ele também faz muito trabalho quantitativo. Pessoas como Erik Olin-Wright, que provavelmente não é tido como sociólogo do trabalho, mas ele é, porque trabalho é tão central para a Sociologia que, se você estuda classe ou estratificação ou organizações ou ocupações, estará estudando trabalho. Então, Eric estuda os padrões quantitativos, mas também entrevista pessoas em um enfoque qualitativo. Michael Buroway eu creio que esteja mais do lado qualitativo, mas ele também aprecia dados quantitativos e padrões dessa natureza. Vicky Smith, socióloga da Universidade da Califórnia, Davis, faz muitas entrevistas e estudos qualitativos, mas também aprecia trabalhos quantitativos. E tem muitos que fazem estudo de gênero, gênero no trabalho. Barbara Reskin, por exemplo, fez uma grande síntese e um excelente trabalho, um ótimo exemplo de como combinar ambos. Barbara Reskin e sua colega Pat Ross escreveram um livro chamado *Job Queues, Gender Queues (Filas de Trabalho, Filas de Gênero*, em tradução livre), no qual observam as ocupações onde o número de mulheres aumentou, em um período de vinte anos. Elas identificaram – usando dados de censo, dados quantitativos – quais ocupações tiveram um aumento do número de mulheres. E, então, tendo identificado essas ocupações pelo uso de dados quantitativos, fizeram um estudo qualitativo

sobre por que houve crescimento nessas ocupações. Algumas ocupações tinham mais mulheres, porque o trabalho era tão ruim que os homens não o queriam mais. Garçom é um exemplo. Houve um aumento de garçonetes porque ganha-se muito pouco e os homens não queriam mais ser garçons. Em outras ocupações houve aumento de mulheres porque leis obrigaram a ter certa quantidade de mulheres e eram boas ocupações para elas. Então, foram diferentes mecanismos que levaram ao crescimento no número de mulheres. E só se pode entender esses mecanismos com análises qualitativas, mas não se poderia saber em qual houve crescimento, sem uma análise quantitativa. Por isso, ambas andam de mãos dadas.

Revista Plural: A próxima questão, professor, é sobre a situação atual da Sociologia americana e o processo de especialização da disciplina. Nas últimas décadas, observamos um processo de especialização com o desenvolvimento de diferentes subáreas na Sociologia. Considerando esse processo, o senhor acha possível pensar em uma única Sociologia nos Estados Unidos?

Arne Kalleberg: Não. Não acho que isso seja específico dos Estados Unidos. É comum ao desenvolvimento da Sociologia em geral. Conforme as ciências se desenvolvem, elas se tornam mais especializadas, mais fragmentadas, e a ciência segue por esses diferentes caminhos. Um bom exemplo é a American Sociological Association (Associação Americana de Sociologia). Ela tem cerca de quinze mil membros, quase tanto quanto tínhamos no começo dos anos 70, nosso ponto mais alto. Dentro da ASA

existem 44 ou 45 seções que são áreas de interesses. Então, temos família, gênero, trabalho, Sociologia Econômica, Sociologia da Religião, Sociologia dos animais... [risos] São 44 ou 45 dessas coisas. E há os nichos de interesse... Escolhas racionais de nichos de interesse. E isso continua a se ampliar, porque as pessoas se interessam por coisas específicas e querem se juntar, e assim por diante. Por isso, não creio realmente que haja qualquer chance de vermos o dia no qual voltaremos a uma Sociologia unificada e nem acho que isso seja necessário ou mesmo uma coisa boa. Nós estudamos tantas coisas, e as coisas estão tão complicadas agora que creio que a tendência é de que as pessoas estudem tópicos específicos, usando Sociologia e, então, peguem algo da Economia, da Ciência Política, Psicologia, História, Geografia, etc. Portanto, vemos uma integração de diferentes disciplinas das Ciências Sociais ao redor de tópicos específicos. Isso eu acho que é mais comum. E temos um tipo de integração aqui. Então, se você estuda escolha racional, terá que ir à Economia, precisará passar por Economia Comportamental, o que significa passar por Psicologia, porque nem sempre as pessoas são racionais. Então, temos um tipo de integração aqui, mas nunca mais teremos outro Talcott Parsons ou alguém que integre de alguma forma todo o campo, porque simplesmente o mundo é muito complexo e há muitas coisas acontecendo. Jamais veremos alguém decidido a colocar tudo junto, nem existe uma razão para isso, não creio que seria uma boa coisa. Além disso, pela minha experiência, de qualquer forma, pelos países que visitei, isso acontece

em todos os lugares. Não é só uma coisa americana.

Revista Plural: E qual é a importância de instituições como a ASA no processo de especialização?

Arne Kalleberg: Bem, uma organização como a American Sociological Association – e provavelmente vocês devem ter algo parecido no Brasil também – é útil para promover a disciplina para os estrategistas políticos. Nossa sede é em Washington, nossa capital, e a ASA é muito ativa em pegar as descobertas sociológicas, publicá-las em revistas e disseminá-las aos mentores de políticas no Capitólio, às várias agências governamentais. A ASA também promove a Sociologia junto às organizações financiadoras, que fornecem dinheiro, doações e fundos à Sociologia. Ela também organiza os sociólogos ao redor dessas 45 áreas e, portanto, promove a especialização, mas também nos fornece uma identidade comum e, desse modo, age para fornecer um núcleo para a disciplina. Além disso, há as reuniões anuais que fornecem um espaço para as pessoas se encontrarem. Creio também que uma associação como a ASA é muito importante para manter a visibilidade e incentivar as pessoas a se tornarem sociólogos – muitos estudos sobre o número de pessoas que estão se tornando sociólogos são fornecidos pela ASA. Ela ajuda as pessoas a darem aulas, fornecendo recursos de ensino e outros tipos de coisas. É como um governo – o que um governo deveria fazer para as pessoas, ou seja, o que elas não conseguem fazer isoladamente –, que abre caminhos no sentido de ser um facilitador geral.

Revista Plural: Professor, no Brasil os sociólogos lutam para institucionalizar a disciplina de Sociologia nos cursos secundários brasileiros. E nos Estados Unidos?

Arne Kalleberg: Estamos tentando. Existe Sociologia sendo ensinada nos cursos secundários, mas não muito. Temos uma coisa nos Estados Unidos chamada *Advanced Placement* (Teste de Colocação Avançada, em tradução livre). Isso significa que quem estiver terminando o secundário pode se matricular em um curso específico no nível secundário e, se passar na prova, levará os créditos da matéria para o curso superior. Bem, Psicologia tem isso, História tem isso, Sociologia não, e, apesar de ainda não termos, estamos tentando. Temos o currículo, que passamos aos professores do secundário, mas, se o teste não for viabilizado, não teremos muitos estudantes querendo cursar Sociologia no secundário. Agora, por que não temos o teste? Bem, porque ele é administrado por uma organização chamada College Board, em Princeton, Nova Jersey. O College Board é uma organização privada que visa lucro, por isso nos disseram que, se pagássemos a eles um milhão de dólares, eles aplicariam a prova. Bem, nós não temos um milhão de dólares para dar a eles [risos]. Creio que o governo italiano irá pagar um milhão de dólares para eles aplicarem a prova de italiano no curso secundário. Então, estamos trabalhando nisso... Isso não faz nenhum sentido, mas é o jeito que as coisas são... Por isso, quando as pessoas entram na faculdade, raramente alguém quer um diploma em Sociologia. Eles vão para Sociologia após um tempo, depois de

cursar matérias que fazem com que se interessem: “Cara, isso é legal, quero aprender mais”. E, então, eles se tornam estudantes de Sociologia. O número de diplomados está crescendo, mas eles não entram na faculdade pensando em ser sociólogos; eles começam seus cursos pensando em ser psicólogos, médicos ou historiadores, coisas que já têm provas. Por isso nós estamos trabalhando nisso, mas não é simples.

Revista Plural: Agora outra questão: o senhor é conhecido pelo seu envolvimento com debates sobre políticas públicas e já colaborou, com John Edward, no Center on Poverty, Work and Opportunities (Centro sobre Pobreza, Trabalho e Oportunidades). Em sua opinião, como deveria ser a intersecção entre teoria e prática para um sociólogo do trabalho e um sociólogo em geral?

Arne Kalleberg: Bem, certamente acho que é muito importante que os sociólogos em geral tentem influenciar as políticas públicas, porque há muitos problemas por aí que precisam de ajuda. Creio que o papel do acadêmico, do intelectual é ajudar as pessoas a compreenderem as questões que são importantes e afetam muitas pessoas. Os acadêmicos têm a responsabilidade de estudar esses problemas e processos e oferecer recomendações de políticas a eles, que ofereçam uma direção a se seguir. A linha com a qual eu tenho um pequeno problema é a questão do ativismo. Em que medida os sociólogos se afastam de seu papel quando se tornam ativistas? Creio que essa é uma questão séria, com a qual devemos tomar bastante cuidado, porque, se nos tornamos

muito ativistas, corremos o risco de perder a credibilidade da ciência, por passarmos ao papel de ativistas. Isso não quer dizer que eu ou outros sociólogos não sejamos ativistas, mas tomamos cuidado para que isso não prejudique nosso papel de sociólogos. Parece-me que, como sociólogo, nosso trabalho é explicar as coisas, escolher as questões importantes do dia – essa é a peça central –, deixar claro às pessoas quais são as consequências dos vários tipos de ações e apoiar as pessoas que estão ajudando a enfrentar essas questões. No Center on Poverty, na Carolina do Norte, Edwards e eu gastamos muito tempo com conferências, livros e publicações, tentando identificar as questões e as políticas cujas discussões seriam úteis, porém insistimos no fato de que somos cientistas. Quando Edwards pensou em concorrer à presidência, ele se desassociou do centro, porque, como um órgão da universidade pública que precisa do apoio da direita e da esquerda, seria muito difícil o centro de pesquisa assumir uma plataforma política e ter credibilidade a respeito disso. Então, sociólogos, como indivíduos, podem e devem ser politicamente ativos; são pessoas como outras quaisquer. Mas, se não tomarem cuidado, correm o risco de comprometer sua atividade de pesquisa. A American Sociological Association, por exemplo, tem uma plataforma que é política, mas as bases de suas reivindicações são sempre científicas, nunca é, acima de tudo, uma reivindicação política. Se, por exemplo, a ASA apoiar uma posição política que não tem bases científicas, eu não creio que estaremos em uma boa posição, porque somos, antes de mais nada, cientistas. E me parece que a ciência como disciplina tem, é claro, implicações

políticas, porém... Vocês podem discordar de mim nisso, não sei, mas, bem, estou falando apenas por mim...

Revista Plural: Temos algumas outras questões. Uma delas diz mais respeito à situação brasileira em relação a outros países. Quanto às relações de emprego “não padronizadas”, o senhor declarou que elas são formuladas face às relações de “emprego-padrão”, estabelecidas durante o último século, e também que o emprego-padrão poderia ser considerado como exceção na história. Já Francisco de Oliveira, um sociólogo brasileiro, sugere que a financeirização das economias desenvolvidas e a recente precarização do trabalho pode levar esses países a um caminho similar ao “terceiro mundo”, onde as atividades não padrões sempre foram proeminentes. O que o senhor poderia dizer sobre isso?

Arne Kalleberg: Creio que eu concordo cem por cento. O que aconteceu com os Estados Unidos, com o crescimento do trabalho não padrão e a maior precariedade, é exatamente o que acontece hoje no Brasil, provavelmente com um pequeno atraso. Eu diria que o crescimento do trabalho precário nos Estados Unidos começou por volta do final dos anos 70, começo dos 80, quando houve as privatizações, desregulamentações e a nova agenda liberal. É possível vislumbrar paralelos bastante fortes com o Brasil do meio dos anos 90, com suas desregulamentações, privatizações e o crescimento do trabalho precário. A diferença entre os dois países é que nos Estados Unidos houve um período após a guerra, quando houve arranjos de “emprego-padrão” na indústria e em outros setores centrais, em função do alto crescimento, etc.

Não conheço o Brasil o suficiente para saber se houve essa tradição, mas tenho a sensação de que o trabalho precário e não padrão na América Latina era a norma, muito mais do que foi nos Estados Unidos. Por outro lado, o crescimento do setor público no Brasil pós-guerra é um exemplo de relações de trabalho bastante padrões; pessoas tinham segurança, carreiras, aposentadoria e assim por diante. Por isso, vejo fortes paralelos entre os Estados Unidos e o Brasil, por causa de sua forte base industrial. E menos com outros países da América do Sul, com exceção talvez da Argentina, que não possuem forte base industrial e economias diversificadas como Brasil e Estados Unidos. Porém, creio que precariedade é a norma, e arranjos de trabalho padrão são exceções. As pessoas não enxergam isso, porque para elas o mundo começou em 1945... E, se você não recuar além disso, não consegue ver o que está acontecendo.

Revista Plural: Professor, a próxima questão é sobre seus trabalhos recentes. O senhor tratou das condições da precariedade do trabalho nos Estados Unidos e a necessidade de estudos integrados sobre trabalho para substituir a fragmentação da Sociologia Industrial, o que poderia ajudar os governos a executar compromissos de segurança social coletiva. O senhor acha que a Sociologia do Trabalho é apropriada apenas aos países com tradição em direitos de proteção sociais ou podemos repensar a Sociologia do Trabalho em países como o Brasil, que também tem suas condições particulares de precariedade do trabalho, especialmente em anos recentes?

Arne Kalleberg: Sim, creio que o trabalho precário é um problema mundial. Existe em todos os países; o modo como se expressa difere segundo a posição do país. Parece-me que o Brasil é bastante similar aos Estados Unidos em muitos desses mecanismos, com a diferença de que vocês têm esse imenso setor informal. Hoje, o setor informal é metade da população, e acho que a ideia de proteção social é tão fundamental no Brasil quanto nos Estados Unidos. As pessoas no setor informal precisam de proteções. Hoje, elas têm assistência médica – mas, como disseram, não muito boa –, não possuem aposentadoria e, portanto, não dão um tostão ao Estado. Creio que os tipos de argumentos sobre as proteções sociais, a criação de trabalhos protegidos, talvez por meio da atividade do setor público, precisam de ação coletiva para serem promovidos. Isso é tão verdade no Brasil quanto nos Estados Unidos. Certamente também é verdade na Europa, que tem uma tradição mais forte de proteção social e estado de bem-estar social. Não tenho certeza se o trabalho precário no Brasil é pior do que nos Estados Unidos ou não. Provavelmente, eles tenham diferentes dinâmicas, mas creio que as peças estejam aí. Essa é uma questão mundial. Agora, não sei o suficiente sobre o desenvolvimento da Sociologia no Brasil, mas imagino que ela seja também bastante especializada e, portanto, fragmentada. E eu diria que, para apresentar uma agenda política com alguma unidade, seria útil se tornar mais integrada. Também imagino que os economistas dominam a política por aqui... [risos] Dada a força do setor financeiro, eu imagino que sim. Eu vejo isso como uma

oportunidade para a Sociologia, porque os problemas que temos de precariedade não são necessariamente financeiros, são sociais. Precisa haver vontade para fazer essas coisas: são problemas políticos. E é isto o que sociólogos fazem: estudam esse tipo de questões e olham o que os economistas percebem como sintoma. Por isso, acho que há uma oportunidade para os sociólogos contribuírem.

Revista Plural: Ligado a isso, eu tenho uma questão. Qual seria um exemplo de política pública bem-sucedida que o senhor conhece, que se opôs à precarização do trabalho e à reengenharia de empresas?

Arne Kalleberg: Trabalho precário em relação às empresas? E política pública?

Revista Plural: Sim.

Arne Kalleberg: Bem, quer dizer, que tenha funcionado? [risos]

Revista Plural: Que tenha funcionado ou algo parecido...

Arne Kalleberg: Bem, as principais políticas sociais que o governo pode fornecer são relacionadas às proteções sociais, porque o governo não pode, efetivamente, dizer às empresas como organizarem seus trabalhos, porque isso não funciona. Então, o governo deveria prover nossas proteções sociais básicas, como assistência média, direitos de aposentadoria, esse tipo de coisa. Mas eu acredito que um investimento maior em educação e treinamento continuado é um exemplo de onde o apoio da política pública pode realmente afetar as empresas e proporcionar a reengenharia. Bem,

em certos trabalhos, eu falo sobre a “via superior” [*highway*] e a “via inferior” [*low way*]², em termos de reação das empresas. Algumas empresas pegam a via superior e têm organizações de trabalho de alto desempenho, outras pegam a via inferior, onde elas basicamente terceirizam, etc. Bem, um dos problemas de se pegar a via superior é que é muito caro. É preciso dar treinamento, desenvolver as habilidades dos trabalhadores, etc. As empresas não querem dar treinamento, porque, assim que derem o treinamento e tiverem um funcionário qualificado, ele pode ir para outra empresa. Por isso acho que a educação e o treinamento se tornam uma função social. Agora, os Estados Unidos não estão fazendo um bom trabalho nisso, não têm investido muito em educação e treinamento. Damos às pessoas diplomas universitários, mas isso não é realmente muito útil para o mercado. Além disso, há uma imensa iniquidade entre quem chega a ser qualificado e quem não chega. Portanto, acho que esse é um exemplo de onde o governo poderia ajudar com crédito de impostos, incentivos de vários tipos para as empresas e fornecer mecanismos de treinamento, escolas vocacionais – como fazem na Alemanha, por exemplo. Seria útil se os trabalhadores fossem mais qualificados, e, então, as empresas poderiam reorganizar seus processos e aproveitar essas habilidades. Esse seria um exemplo. O que precisamos nos Estados Unidos é um compromisso

² “Via superior” refere-se aos arranjos produtivos de alto desempenho, anteriormente mencionados na entrevista, enquanto a “via inferior” designa a adoção das relações de emprego não padronizadas, ou seja, o emprego precário.

nacional com a formação de capital humano e social, parecido com o que aconteceu nos anos 50, quando surgiu o Sputnik, e os americanos pensaram: “Opa, os russos estão no páreo, e temos que levar o homem à Lua”. E precisamos fazer isso pela educação, etc. Não há nenhuma razão em não investir já em educação, de modo similar, e torná-la uma demanda nacional. Também acho que isso não faria mal ao Brasil, porque, no meu entender, um dos maiores problemas da desigualdade no Brasil é o acesso desigual à educação, isso reproduz a desigualdade.

Revista Plural: No Brasil, o que observamos é um razoável crescimento no acesso às universidades. Como a qualidade das universidades difere, as pessoas qualificadas podem conseguir posições de trabalho realmente boas, após terminarem a universidade. Ao mesmo tempo, as indústrias sempre reclamam de que os trabalhadores não estão qualificados o suficiente, então...

Arne Kalleberg: Pergunto-me se é possível para a indústria treinar esses trabalhadores e se querem fazê-lo.

Revista Plural: Não. Também porque é muito caro.

Arne Kalleberg: É caro e não há garantias de que o trabalhador continuaria na empresa que os treinou.

Revista Plural: Sim.

Arne Kalleberg: Então, esse mecanismo é muito similar ao dos Estados Unidos. Um modo de aumentar as habilidades de quem não é muito qualificado seria dar mais educação a essas pessoas, provavelmente,

vinculado ao tipo de trabalho que realmente está sendo feito. É muito difícil treinar pessoas de modo vocacional, nos sistemas educacionais formais.

Revista Plural: Professor, eu tenho outra questão, uma questão bastante específica que elaborei, porque, em 2007, eu trabalhava em uma fábrica de motocicletas no Japão e estava lendo seu artigo de 1988, “*Age and the Meaning of Work in the United States and Japan*” (“Idade e Sentido do Trabalho nos Estados Unidos e Japão”, em tradução livre).

O contexto de avanço da economia japonesa no cenário industrial no mundo chamou a atenção de sociólogos para a investigação da organização e inovação nas empresas japonesas. Em seu artigo, o senhor destaca que os trabalhadores japoneses jovens que foram convertidos aos valores econômicos do Ocidente são menos comprometidos do que os mais velhos. Porém, uma década antes, Thomas Gounet disse que os trabalhadores japoneses mais novos não queriam mais trabalhar em empresas por causa das condições de trabalho árduas e exaustivas. Além disso, especialmente depois de 1990, o trabalho subcontratado se tornou prática regular no Japão, e os imigrantes começaram a ocupar esses trabalhos dos japoneses mais jovens na indústria. Portanto, podemos dizer que, além da convergência aos valores econômicos ocidentais do trabalho, também verificamos algumas mudanças do sistema de trabalho japonês nas políticas de contratação das empresas?

Arne Kalleberg: Sim, minha interpretação do que está ocorrendo no Japão é de que muitas das características do sistema japonês

foram enfraquecidas pela bolha dos anos 90. Por exemplo, o sistema de contratação permanente, que garantia o emprego até os 55 anos para os homens, foi enfraquecido, e, hoje, as empresas dispensam pessoas conforme suas necessidades, etc. Portanto, há uma pressão sobre essas singulares estruturas organizacionais japonesas. De qualquer forma, não penso que foram tão longe quanto nos Estados Unidos. Ainda existem algumas sanções, em termos de pressão pública, às empresas que demitem. Elas precisam ter uma boa razão, além do lucro, simplesmente. Então, acho que esse é um exemplo de um sistema com certo desgaste. Na verdade, faz algum tempo que não vou ao Japão a estudo, mas o que me parece óbvio e claro é que houve um crescimento imenso do setor de trabalho não padrão, dos contratos de trabalho temporário, de meio-período, do trabalho feminino, mas não sei sobre os imigrantes. Minha interpretação do Japão é de que eles realmente não gostam de imigrantes, porém, eles têm um problema real, em termos de crescimento, porque a população está envelhecendo, e, portanto, eles apelam às mulheres como força de trabalho, mas eu imaginaria que eles também terão que contar com os imigrantes para ter gente suficiente para trabalhar. Minha impressão é de que a força de trabalho periférica no Japão não é tão grande, por causa do preconceito com os imigrantes. Não é o caso nos Estados Unidos, onde há um imenso fluxo de imigrantes da América Latina, particularmente do México, e que criaram muitos desses trabalhos de baixo salário. Isso ajuda a alimentar o crescimento dos trabalhos de baixo salário, porque temos

muitas pessoas procurando esses trabalhos. Já no Japão, não vejo essa criação de um grande setor de baixos salários que se observa nos Estados Unidos.

Revista Plural: Posso fazer uma pergunta final? Realmente a última. Só para retornar à questão teórica que eu tinha lhe perguntado. O senhor disse que provavelmente a coisa mais difícil de compreender é como os indivíduos moldam a macroestrutura. Para completar, poderia se posicionar em relação a um sociólogo norte-americano que também buscou compreender essa questão, por caminhos diferentes: Wright Mills, com a ideia de “imaginação sociológica”?

Arne Kalleberg: De fato, Mills foi um dos autores que me inspiraram para a Sociologia, ele frequentou a mesma escola que eu, em Madison, Wisconsin, mas era mais velho do que eu. Acho que ele faleceu aos...

Revista Plural: 48 anos...

Arne Kalleberg: Sim, aos 48 anos. Sua ideia do papel da Sociologia exemplificou o ideal de sociólogo, no sentido de que ele escreveu livros sobre problemas sociais muito atuais e importantes, e esse era seu mecanismo de mudança social. *White Collar (A Nova Classe Média)*, *Power Elite (Elite no Poder)*, e todos esses livros, de certa forma, alertaram as pessoas para essas questões do dia, e ele encorajou as pessoas a olharem os problemas pessoais e verem as questões públicas... Eu tinha uma foto dele na minha parede... [risos] ...nos primeiros vinte anos da minha carreira. Um dia ela caiu... Não sei o que isso significa, mas... [risos] Mas ele foi meu herói. Herói no sentido de modelo

do tipo de engajamento intelectual que eu acho que devemos ter: abordar os problemas contemporâneos importantes e procurar os mecanismos sociais que geram os problemas sociais. Foi isso o que Mills fez. Agora, a imaginação sociológica significa abstrair para além dos problemas individuais e, de certa forma, ver o tecido social e as dinâmicas que estão acontecendo. Realmente acho que é por aí que deveríamos ir. Ele não gastou muito tempo, realmente, modelando os padrões de tais dinâmicas, mas não é isso que eu acho importante. O mais importante, eu acho, é a questão social mais ampla e a

inspiração, a ideia de que sociólogos deveriam estar envolvidos com o que acontece nos dias atuais, e o modo como eles deveriam estar envolvidos é chamando a atenção para esses problemas, aproveitando-os para alertar as pessoas do que é necessário fazer e, quiçá, levando as mudanças sociais positivas. Isso é o que eu acho ser mais importante.

Revista Plural: Bem, professor, gostaríamos de agradecê-lo pela entrevista.

Arne Kalleberg: Eu também gostei. Obrigado.